

# Mas ainda há esperança de um novo entendimento

A Assembléia Nacional Constituinte inicia hoje sua quarta semana de trabalhos sem que tenha, até o momento, discutido efetivamente os preparativos para a elaboração da nova Constituição, devendo completar somente esta semana, às vésperas do Carnaval, a discussão e votação do Regimento Interno permanente, com as normas definitivas para o funcionamento da Assembléia, entre quarta e quinta-feira.

A permanecer no lento ritmo em que está pautando os trabalhos de elaboração das normas, primeiro das regras provisórias (uma semana) e do registro interno (três semanas, incluindo esta), a Assembléia Nacional Constituinte somente começará a exercer sua função de elaborar a nova Constituição duas semanas depois do Carnaval, entre 16 e 17 (segunda ou terça) de março.

A Mesa da Constituinte garante que até quinta-feira, no máximo, o Regimento Interno permanente estará aprovado com as regras para dar os primeiros passos para a Constituinte realmente funcionar, com a realização de sessões extraordinárias — iniciadas no sábado (uma sessão) e continuando no domingo (duas sessões) — pois o número de constituintes inscritos para discutir o parecer do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao regimento, é muito grande, e todos terão direito a participar da discussão.

A possibilidade levantada ontem pelo deputado José Tomas Nonô (PFL-AL) de os constituintes novamente podermos voltar a apresentar emendas ao Regimento Interno, sem prejuízo da continuação das sessões extraordinárias e ordinárias de discussão do regimento, vai obrigar um maior trabalho dos líderes partidários nas negociações de inovações ao texto apresentado na última sexta-feira pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

A tomada de posição de Nonô, que refletiu um entendimento da bancada do PFL, tem sua razão de ser por conta das muitas inovações

introduzidas no parecer-substitutivo do relator ao regimento — como a questão da soberania, possibilitando que os constituintes possam apresentar projeto de decisão, tanto para emendar a atual Constituição, utilizando-se do quórum de maioria absoluta, como apresentar projeto sobrestando medidas que possam ameaçar a soberania da Constituinte, como, por exemplo, a decretação de medidas ou do estado de emergência.

## Traição

Segundo o texto de Fernando Henrique Cardoso, o projeto de decisão ficou mais do que complicada e não agradou nem aos pequenos partidos nem aos integrantes do grupo pró-soberania, que entenderam — como se expressou um deles, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — que a intervenção pessoal do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, “criou o samba do crioulo doido”. E que Ulysses decidiu, por conta própria, acrescentar a disposição de que caberia à Comissão de Sistematização mandar ao arquivo o projeto de decisão que fosse por ela rejeitado.

“Pareceu uma traição nossa aos pequenos partidos”, lastimou Maurílio Ferreira Lima. Há disposição, no entanto, de negociação, para permitir que no caso de rejeição pela Comissão de Sistematização, o projeto de resolução seja submetido à decisão soberana do plenário. “Não é possível que uma comissão de 96 membros possa decidir sobre um projeto requerido por um terço dos constituintes, 187 parlamentares”, interpretou Maurílio Ferreira Lima. Os pequenos partidos querem, além do recurso a plenário, que seja diminuído o quórum para o projeto para bem menos de um terço.

A semana passada, gasta em negociações do líder do PMDB e relator das 949 emendas ao anteprojeto de Regimento Interno, Fernando Henrique Cardoso, demonstrou que os atendimentos não têm sido suficientes para “amarrar”

pontos polêmicos, como a soberania, que renderam muitos discursos e até a criação de grupos internos de pressão, como o grupo pró-soberania.

Com a divulgação do seu parecer-substitutivo, o senador Fernando Henrique Cardoso viu que não conseguiu agradar nem a gregos nem a troianos, pois as críticas partiram de todos os lados, inclusive do seu próprio partido. O PTB e o PDS foram duros nas críticas ao preâmbulo de Fernando Henrique Cardoso, considerando (Gastone Righi) que ele não havia descido ainda dos palanques da campanha eleitoral e que estava sendo partidário e parcial (Amaral Neto).

## Discórdia

A fixação de um quórum considerado absurdo para decisões simples como pedido de destaque ou pedido de verificação de quórum para 10% (quando pela praxe se faz isso com o requerimento de apenas 20 deputados ou líder de bancada acima desse número) foi o pomo da discórdia dos pequenos partidos, que se sentiram profundamente atingidos na sua possibilidade de trabalhar no plenário.

Todas as alterações são possíveis, bem como — se houver acordo — até mesmo as sessões já convocadas (ao todo, sete) para a discussão, poderão ser suspensas para se ganhar tempo no encaminhamento de votação. Mas, com a proximidade do Carnaval, os trabalhos somente serão retomados no dia 10 de março (uma terça-feira), com a eleição do restante da Mesa da Constituinte (dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes de secretário). Somente depois dessa eleição é que se começará a deliberar sobre a escolha dos membros das oito comissões constitucionais temáticas (63 membros cada) e dos seus presidentes, vice-presidentes e relatores e da Comissão de Sistematização, a mais polêmica, com 96 membros. No dia 16 ou 17, se possível, as comissões começarão a trabalhar.

Antônio Arrais